

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DA HISTÓRIA

CONSIDERATIONS ON THE NARRATIVE CONSTITUTION OF HISTORY

Resumo: *Para Jacques Derrida e Hayden White, um novo olhar sobre a linguagem permitiu a abertura de novos horizontes para as investigações interpretativas que se concentram nas formas discursivas, constituindo um novo parâmetro linguístico para tentar explicar a natureza e as condições de nossa existência. No entanto, simultaneamente a tal reflexão, uma linha filosófica tem repensado a narrativa como uma problemática que ultrapassa o plano da produção textual. Nesse sentido, a narrativa é tomada como constituidora de sentido, operando não somente no nível do texto, mas também no das vivências humanas. Assim observaremos brevemente a partir dos estudos de Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, por exemplo, que adotam concepções divergentes em relação aos estudos tropológicos, ao considerarem a estruturação narrativa como algo inerente à própria experiência humana e, portanto, anterior a qualquer tipo de textualização. É justamente esse ponto que iremos explorar no presente artigo, não deixando de sugerir uma noção de narrativa capaz de abarcar aspectos das duas linhas de pensamento, geralmente tomadas positivamente.*

Palavras-chave: narrativa; tropologia; história; conceito.

Abstract: *For Jacques Derrida and Hayden White, a new look at the language allowed the opening of a new horizons for interpretive research that focus on the discursive forms, creating a new language parameter to try to explain the nature and conditions of our existence. However, in the same time of this such reflection, a philosophical line has rethought the narrative as an issue that goes beyond the level of textual production. In this sense, the narrative is taken as direction constructor, operating not only in the text level, but also in the human experiences. So we will look briefly from Paul Ricoeur and Jörn Rüsen studies, for example, how we can adopt divergent conceptions about tropologic studies to consider the narrative structure as something inherent in the human experience and therefore prior to any textualization. It is precisely this point that we will explore in this article, tracing a dialogic notion between the two lines of thought in question, which are usually taken appositively.*

Keywords: narrative; tropology; history; conception.

Em seu sentido mais corrente, a narrativa designa um conjunto de estruturas sociolinguísticas transmitidas cultural e historicamente. Ao comunicar algo sobre um evento da vida, uma situação conflituosa, uma vontade, um sonho ou um estado de angústia, a comunicação geralmente assume uma forma narrativa, ou seja, “apresenta-se uma estória contada de acordo com certos sentidos e convenções.” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 526).

Nessa perspectiva, nos parece coerente afirmar que todas as culturas das quais temos conhecimento são produtoras e consumidoras de narrativas diversas. Contudo, temos vivenciado recentemente um significativo e diferencial interesse no seu estudo. Segundo Lawrence Stone, trata-se do ressurgimento de um tipo de narrativa que não é aquela do simples cronista ou analista de coisas passadas, “é a narrativa orientada por algum princípio fecundo, e que possui tema e argumento.” (STONE, 1991, p. 1).

Esse interesse diferencial ressurgiu, sobretudo, com a emergência de outro caminho para se pensar as estratégias interpretativas nas Ciências Humanas. A virada linguística, conhecida também de giro linguístico, foi o movimento intelectual que marcou essa retomada narrativa, tornando-a um primordial elemento cognitivo para o desenvolvimento da filosofia ocidental durante a segunda metade do século XX e início do XXI. Apesar de sua abrangência, podemos apontar como sua principal característica o foco na relação integrada entre filosofia e linguagem.

O filósofo Ludwig Wittgenstein, por exemplo, é considerado por muitos estudiosos um dos pilares desse movimento. Isso pode ser constatado a partir das ideias presentes em seus trabalhos em que os problemas filosóficos surgem de uma falta de compreensão da linguagem, admitindo ele que os limites da sua linguagem significavam os limites de seu mundo (WITTGENSTEIN, 1999).

Na década de 1970, as humanidades reconheceram efetivamente a importância da linguagem como um agente estruturador. Sua base se encontrava no estudo dos tropos poéticos como pólos do comportamento linguístico, estudo esse incentivado desde Ferdinand de Saussure em seu clássico *Curso de linguística estrutural*, no qual a língua é tomada como um sistema, lançando os fundamentos para uma teoria geral das formas e dos signos que mais tarde seria reconhecida pelo formalismo e pela semiologia. Essa linha analítica do discurso é depois retomada e reelaborada pelo viés estruturalista e pós-estruturalista nas obras de Roman Jakobson, Roland Barthes, Judith Butler, Julia Kristeva, Michel Foucault, Jacques Derrida, Hayden White, entre outros.

É preciso assinalar que esse ponto de vista geral de que a linguagem constitui a realidade é contrária à opinião da grande parcela da filosofia ocidental desse mesmo período. A visão filosófica tomada como tradicional na *Gramatologia* de Derrida, é chamada de “núcleo metafísico do pensamento ocidental” (DERRIDA, 1973), e é vista pela tropologia como uma tendência que tomava a linguagem como algo dependente de conceitos que a pré-determinava.

Para Derrida e outros defensores dos estudos tropológicos, esse olhar discursivo sobre a existência humana “permitiu a abertura de novos horizontes para as investigações interpretativas que se concentram nas formas narrativas, em oposição à busca por leis gerais do comportamento humano em que se limitava a filosofia.” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 525). Na origem desse interesse, a forma da narrativa, tanto oral quanto escrita, passaria a constituir um parâmetro linguístico fundamental para tentar explicar a natureza e as condições de nossa existência.

Todavia, simultaneamente a esse conhecido ressurgimento da narrativa através dos estudos tropológicos, uma linha filosófica pertinente tem sido repensada em seu campo de ação e relação. Na filosofia contemporânea, a narrativa passa a ser vista em sua qualidade relacional, ou seja, em sua narratividade, uma problemática que ultrapassa o plano da produção textual, remetendo-a para alguns fundamentos do pensamento sócio-histórico. Nesse caso, a narrativa enquanto constituidora de sentidos amplos opera não somente ao nível do texto, mas também ao nível das vivências humanas.

Não são poucos os pensadores que dialogam com as tradições fenomenológicas e hermenêuticas para assumir essa perspectiva que extrapola o campo da tropologia, como veremos aqui a partir dos estudos de Paul Ricoeur e Jörn Rüsen. Tais intelectuais nos revelam concepções divergentes em relação aos estudos tropológicos ao considerarem “a estruturação narrativa como algo inerente à própria experiência humana pré-reflexiva e, portanto, anterior a qualquer textualização tanto sobre o nosso presente quanto o nosso passado.” (MARCELINO, 2012, p. 139).

Nessa ótica, o problema da narrativa expõe a necessidade de tornar consciente e metodicamente regulável o uso das formas de sentidos preexistentes a ela, sem no entanto excluí-la. É nesse ponto que gostaríamos de adentrar no presente artigo, sem deixar de relevar, por meio dos dois estudos mencionados, a construção de uma noção complementar entre as duas linhas de pensamento, geralmente tomadas apenas positivamente.

Sendo assim, tentaremos dar um passo na direção da relação complementar entre história e ficção, tomando como pedra de toque o problema clássico e atual da constituição narrativa dessa relação. Para isso, examinaremos a partir desse ponto as respostas de alguns dos pensadores

mencionados até aqui, sugerindo caminhos a serem tomados através do embate apresentado. É importante salientar que não há nada de novo no que estamos a sugerir, somente levantaremos esta abordagem porque ela parece não ter sido muito bem entendida em muitos debates recentes.

Primeiramente, há, nesse tema, extremos que devem ser evitados. Os historiadores mais tradicionais, que defendem a adoção de um método único ou de leis gerais para o estudo da história, não aceitam de bom grado a ideia dos fatos históricos serem mediados e colocados em narrativas por acharem que elas apenas atendem os interesses e recortes de seus autores. Muitos historiadores viam a narrativa como espaço de instabilidade, como uma instância que de certa forma não cabia a eles refletirem. A obrigação do historiador era dizer o que aconteceu, mas o como dizer não era objeto de reflexão.

Por outro lado, há os “narrativistas” ou “pós-modernistas” que, com base na tropologia, se apegam ao fato de que seu discurso só pode existir e sempre existiu enquanto tratada dentro de uma dimensão narrativa, retirando da história o fardo de avaliar e representar isoladamente o nosso passado. Assim observava Roland Barthes ao afirmar que “a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural; simplesmente está ali, como a própria vida” (BARTHES, 1971, p. 20).

Entretanto, no presente trabalho, ao invés de, aos trancos, adotarmos esse esfacelamento do campo ou uma gênese qualquer, gostaríamos de sugerir uma abordagem que abandonasse a tentativa de anular ou totalizar a intenção do autor, que fosse comparativa e não contextualista e que dissesse respeito não à busca das origens textuais, mas à reposição dialógica entre narrativa e vivência humana.

Havia um tempo em que os historiadores pensavam haver escapado ao “meramente literário”, um tempo em que eles haviam estabelecido os estudos históricos no fundamento do método objetivo e do argumento racional. No entanto, os recentes avanços em crítica literária e em filosofia da linguagem solaparam esta confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, [...], exigindo que os historiadores aceitem sua presença bem no coração daquilo em que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica. (HARLAN, 2014, p. 13)

Hayden White, um dos principais ícones dessas discussões, é contrário a sua leitura filosófica, e acredita que as narrativas devem ir além do seu conteúdo conceitual, limite esse que consiste em fatores que reduzem

eventos em cadeias de causa e efeito ou de razões e intenções, motivando os agentes humanos na explicação de eventos históricos. Segundo White, nesse ponto de vista filosófico a forma narrativa do discurso é somente um meio para a mensagem, mero código, “nada mais do que veículo de informações como o código Morse, que serve para a transmissão de mensagens pelo aparato telegráfico.” (WHITE, 2011, p. 464).

White empregou o sistema topológico de fundamentação poética para a análise da obra de historiadores e filósofos da história do século XIX, procurando evidenciar através da narrativa as estruturas inconscientes da imaginação histórica desse período. Esse sistema de análise por tropos poéticos remete para *Ciência nova*, famosa obra de Giambattista Vico, em que se estabelece uma interpretação centrada nas formas de expressão linguística para explicar a existência de um momento inicial de evolução da mente humana, em que o pensamento se conformaria de modo fundamentalmente poético.

Com isso, em pleno século XVIII o pensador napolitano já abordava os usos antigos da linguagem, identificando a metáfora com uma etapa topológica específica na qual “a imaginação dos homens ainda estaria diretamente relacionada com a natureza, dada a inexistência, até então, de formas mais sofisticadas de expressão simbólica, como o uso de conceitos e analogias mais típicas do pensamento científico.” (MARCELINO, 2012, p. 132). Hayden White, remetendo às ideias de Vico, procurou destacar a existência de uma “narrativa” própria ao uso do sistema de quatro tropos, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, fundamentando assim a sua tese sobre a “configuração narrativa do campo histórico” (WHITE, 1995).

Perspectiva semelhante aparece em autores fortemente inspirados nas ideias de Hayden White, como nas propostas de Frank Ankersmit acerca de uma historiografia pós-moderna, que poria em xeque os fundamentos historicistas que, segundo ele, caracterizariam uma tentativa ingênua de estabelecer uma epistemologia da história. Defendendo o que chamou de uma “desepistemologização” da história, Ankersmit apontaria uma suposta fundamentação metafórica da perspectiva historicista para desconstruí-la.

Para esse autor, o discurso epistemológico, que analisa a historiografia buscando diagnosticar o desenvolvimento factual do passado, se fundamentaria na pressuposição historicista de um sujeito transcendental que conseguiria se colocar externamente ao discurso da história para visualizar seu processo representativo de forma objetiva.

Ankersmit ataca a tradição essencialista desse campo, reconhecendo na história social francesa, liderada por Fernand Braudel, o último elo nessa cadeia de visões existencialistas da história. O tom triunfal sob o qual essa corrente analista emergiu

é a prova cabal da auto-superestima otimista desses historiadores, que acreditam ter finalmente encontrado a tão procurada chave que abrirá todas as portas da História. Qualquer um que conheça a natureza essencialista dessa História Social e também a tradicional inimizade entre o essencialismo e a História não poderá deixar de perceber a natureza burlesca das pretensões dos historiadores sociais. (ANKERSMIT, 2001, p. 127)

A partir dessa perspectiva crítica pela qual o passado já está presente nos homens por meio do ato narrativo de compreensão do mundo, Ankersmit propõe a historicização do próprio observador, diagnosticando a passagem para uma condição pós-moderna na qual deveríamos assumir o “ponto de vista de que nós não temos ponto de vista algum” (ANKERSMIT, 2001, p. 128).

No entanto, certas teses narrativistas, ao focalizarem o ato poético de construção tropológica do discurso histórico, por vezes se amparam contraditoriamente na imagem do passado como um fato que o historiador domina por meio da narrativa. Ao fazê-lo, esses autores desconsideram que não existem fatos brutos mesmo que abrigados pela narrativa e que o sentido é um elemento próprio às ações discursivas:

Mais do que isso, desconsideram toda a riqueza das discussões nesse campo formuladas por uma tradição hermenêutica, pelo menos desde Dilthey e suas elaborações acerca da categoria “experiência vivida” ou “vivência” (*Erlebnis*), tão fundamental à filosofia alemã do século XX. Antecipando algumas formulações de Heidegger sobre os fundamentos existenciais da historiografia na própria historicidade do homem, ou mesmo as elaborações de Gadamer sobre a estrutura hermenêutica da experiência humana, a noção de “vivência” procurou justamente se contrapor à adoção de uma concepção idealista da natureza cartesiana, amparada na ideia de um eu transcendental, em estado puro, que apreende por completo os objetos do mundo. (MARCELINO, 2012, p. 138)

Segundo Wilhelm Dilthey, o sujeito histórico dota o mundo de significado por meio não apenas da tropologia, mas também da cognição, do afeto e da vontade (DILTHEY, 2010). Com base nessa concepção, abordaremos o problema da narrativa apontando para o equívoco do princípio de prefiguração poética da história que acaba por colocar sujeitos históricos

para fora da estrutura de sua vivência, pois para esse filósofo não faria sentido interrogar a existência de uma realidade exterior ao sujeito, caso contrário essa existência não passaria de uma espécie de *organon* lógico, isolado por um mecanismo narrativo.

Consolida-se com Dilthey, portanto, o reconhecimento de fatos pre-existentes ao ato poético de produção de sentido, a exemplo da perspectiva de Gadamer e sua hermenêutica filosófica. Gadamer concorda que o passado nunca estaria fora do sujeito em sua experiência de natureza compreensiva, reconhecendo a fragilidade de qualquer separação cartesiana entre sujeito e objeto nesse processo de compreensão do mundo humano:

A compreensão [filosófica e histórica] deve ser entendida como um ato da existência, e é portanto um “pro-jeto lançado”. O objetivismo é uma ilusão. Mesmo como historiadores, quer dizer, como representantes de uma ciência moderna e metódica, somos membros de uma cadeia ininterrupta graças à qual o passado nos interpela. (GADAMER; FRUCHON, 2003, P. 57-58)

Gadamer mostrou, com isso, que os historiadores não podem despir-se de seus preconceitos e parcialidades de modo a projetar-se narrativamente nas mentes de seus autores, porque “os preconceitos do historiador são o que faz o entendimento narrativo possível em primeiro lugar.” (HARLAN, 2014, p. 24). Um apontamento semelhante, porém mais crítico das concepções tropológicas da história pode ser percebido nas obras de Dominick La Capra.

Para esse historiador norte-americano, haveria uma incongruência na perspectiva de Hayden White e outros tropologistas, porque sua desconstrução do estatuto científico do discurso histórico não se afastou da mesma estrutura referencial de caráter metafísico e universalista que pretendeu criticar, conformando “a generative structuralism that presented one level of discourse (the ‘tropical’) as determinative in the last instance” (LA CAPRA, 1985, p. 34).

Forte crítico também da história social, La Capra identificaria em Hayden White o mesmo desejo objetivista do conhecimento, uma abordagem totalizante centrada nas estruturas narrativas da imaginação histórica. Não haveria lugar, então, para uma perspectiva dialógica, que buscasse compreender os textos que nos chegam a partir do que eles indicam acerca de nossos limites cognitivos, de nossas incompreensões, enfim, naquilo que nos encaminham para pensar a alteridade. Isso acontece não só com o uso do sistema tropológico de White, mas também com “o projeto da

antropologia estrutural de Lévi-Strauss, igualmente relativista e universalista simultaneamente: relativista do ponto de vista cultural e universalista em suas pretensões epistemológicas.” (MARCELINO, 2012, p. 135).

Paul Ricoeur e Jörn Rüsen são dois importantes pensadores que parecem dosar esse embate até aqui apresentado. Ambos caminham por uma perspectiva que repensa os limites da tropologia ao aproximarem os conceitos de “tempo” e “narrativa”, e verbalizarem que “a narrativa histórica, mais do se preocupar com fatos narrativos, também produz identidade ao fornecer referências de orientação para o sujeito que está – invariavelmente – inserido em determinado contexto.” (FERNANDES; BERBERT JR., 2001, p. 5-6).

Nesse caso, o que estaria em questão no campo da representação seria uma determinada forma de relação narrativa com o tempo, precisamente aquelas regidas pelas categorias de futuro e de progresso que, quando destituídas de sua força de sentido e de persuasão, cederiam lugar a um regime de compreensão cada vez mais hipertrofiada, transformando-se num horizonte aparentemente explicativo em si mesmo. Ao contrário, Ricoeur observa a narrativa como, antes de tudo, uma manifestação no discurso de uma consciência temporal específica, ou de uma estrutura do tempo específica.

É com essa argumentação que justificamos a contribuição desse autor à teoria histórica, promovendo sua tentativa de produzir uma consistente “metafísica da narratividade” (WHITE, 2011). Essa proposta reside na sugestão de Ricoeur de que a narrativa histórica deve, em virtude de sua narratividade, ter como referente em última instância a própria temporalidade em que está inserida.

Essa reflexão, difundida pela trilogia de *Tempo e Narrativa*, tem como pressuposto a inserção da narrativa histórica na categoria de discurso simbólico sem a distanciar das relações de força socioculturais das quais é derivada. Nesse sentido, a tese central de Ricoeur consiste na transformação do tempo em “tempo humano” na medida em que é articulado em modo narrativo:

[...] identificamos esse problema como o da refiguração, o da referência cruzada entre história e ficção, e admitimos que o tempo humano procede desse entrecruzamento no meio do agir e do sofrer. [...]. Minha tese, aqui, é de que a maneira única como a história responde às aporias da fenomenologia do tempo consiste na elaboração de um terceiro-tempo – o tempo propriamente histórico –, que faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Para demonstrar a tese, recorreremos aos procedimentos de conexão, tomados

de empréstimo à própria prática histórica, que asseguram a reinscrição do tempo vivido no tempo cósmico: calendário, sequência das gerações, arquivo, documento, vestígio. Para a prática histórica, esses procedimentos não são um problema: é só o fato de colocá-los em relação com as aporias do tempo que faz aparecer, para um pensamento da história, o seu caráter poético relativamente aos embaraços da especulação. (RICOEUR, 2010, p. 169-170)

Desse modo, Paul Ricoeur mostra-se bastante influenciado pelos estudos tropológicos, porém sua linha de raciocínio possui finalidades diferentes. Para Ricoeur, a narrativa é também uma característica importante da existência humana quando responde aos nossos contornos individuais e sociais, abrangendo nossos projetos sensíveis e dando, assim, sentido à vida.

Mas, nessa proposta de “refiguração”, a narrativa não monopolizaria as estratégias de significação, corroborando a afirmação de que “men make history, but history makes men and fashions their destiny.” (CARR, 2008, p. 25). Sem sair dessa linha de raciocínio, Jörn Rüsen defende que a finalidade de suas reflexões historiográficas é tentar retirar das narrativas esse pesado compromisso tropológico de corresponder à própria vida:

Dentro do meu modo de pensar, o conhecimento histórico pode ser entendido como um processo mental com duas faces: uma face objetiva, que se refere às vivências do passado tal qual elas se apresentam nos resíduos, isto é, nas fontes, e uma face subjetiva, que se refere aos problemas de orientação da vida prática no presente. [...]. As duas faces são intermediadas pela operação cognitiva da interpretação histórica. [...] a interpretação traz, ao mesmo tempo, a subjetividade como contribuição constitutiva do conhecimento para dentro da construção da narração. (RÜSEN, 1989, p. 322)

Para Rüsen, portanto, a narrativa é resultado dos sistemas de operações mentais que definem o campo da consciência histórica, “permitindo ver a história como movimento temporal do espírito humano na realidade do mundo.” (RÜSEN, 1989, p. 319), ou seja, “são as maneiras naturais encontradas pelos homens de se localizarem e equilibrarem suas experiências com suas próprias intenções e imaginações no tempo”.

Nesse sentido, a cientificidade do discurso histórico não é provada nas estruturas da narrativa, pois a história, segundo ele, “é o resultado de uma narrativa feita pelo homem a partir de suas orientações no tempo.”

(FERNANDES; BERBERT JR., 2001, p. 6). Devemos ressaltar, acima de tudo, que nem Ricoeur e nem mesmo Rüsen propuseram abandonar a narrativa como uma ferramenta importante para a compreensão do nosso presente e nossa história, contudo,

The word “poetical” should be understood in the originals sense of *poiesis*, which simply means making or producing something. Indeed, no historian could deny the fact that there is a creative activity of the human mind working in the process of historical thinking and recognition. Narration is the way this activity is being performed and “history” - more precisely, a history - is the product of it. (RÜSEN, 1987, p. 87)

Tomando a narrativa como uma operação suscitada pela mente humana criativa, gostaríamos de evidenciar aqui a importância de abordá-la como uma ferramenta cognitiva densa o suficiente para lidar “não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes de seus agentes, mas também com as suas superestruturas, incluindo instituições e os modos de pensamento. Como seria uma narrativa desse tipo?” (BURKE, 1992, p. 339). Seria uma narrativa em que

se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade. Assim retrocedo rumo à minha infância, com o sentimento de que as coisas se passaram numa outra época. É essa alteridade que, por sua vez, servirá de ancoragem à diferenciação dos lapsos de tempo à qual a história procede na base do tempo cronológico. [...]. (RICOEUR, 2007, p.108)

Nessa perspectiva, o debate sobre as especificidades da narrativa na história tende, cada vez mais, a refletir interrogações sobre os fundamentos existenciais da historiografia, extrapolando a agenda de questões indicadas nos famosos trabalhos de Hayden White. O que parece mais frutífero nessa linha reflexiva de Ricoeur e Rüsen, por outro lado, é que seu diálogo com as proposições filosóficas sobre a história, em sua tradição hermenêutica, nos reorienta para uma história não reduzida a sua manifestação narrativa, possibilitando configurar regras e formas específicas para a validação da história enquanto disciplina.

Talvez ainda faltem concepções mais consistentes que abranjam esse plano reflexivo e que leve em conta que ainda será necessária uma constante reatualização da forma de se pensar e praticar a história, freando,

sobretudo, a ingênua ambição de formular regras gerais para compreendê-la, prática essa infelizmente ainda disseminada em nossas academias. Enfim, a complexidade da natureza do conhecimento histórico impede soluções fáceis, restritas apenas ao plano epistemológico, ontológico ou narrativo, porém indica que não podemos rejeitar esses diferentes aspectos para sua abordagem.

É preciso estabelecer um cauteloso e profícuo diálogo entre as considerações éticas, ontológicas e narratológicas sobre a condição histórica do ser humano, sendo esse diálogo o meio de reconhecermos a narrativa como algo muito mais envolvido com aquilo que Wittgenstein chamou de gramática: a narrativa não existe como uma lei geral a ser concretizada, mas é orientada para (re)assumir as formas que emergem circunstancialmente.

Assim, ao invés de conceber narrações como entidades cognitivas, autossuficientes em sua explicação estrutural, sugerimos aqui considerá-las como um *modus operandi* integrado a práticas e imaginários humanos:

Ou seja, as opções experimentais da narrativa são fundidas com a nossa realidade transitória propriamente dita: com a realidade material fluida e simbólica de nossas ações, mentes e vidas. Ao que tudo indica, é definitivamente a função narrativa que preenche a condição humana com sua particular abertura e plasticidade. Assim sendo, uma razão . talvez até mesmo um *leitmotiv* para se estudar as realidades narrativas deveria ser a investigação da qualidade de abertura presente na mente discursiva e o descobrimento das formas multifacetadas de discursos culturais em que elas se realizam. (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 534)

Portanto, para compreender a narrativa nesse viés, devemos examinar tais práticas e imaginários em seus respectivos textos e contextos. É essa relação contextual que permite uma analogia específica parecer plausível e inteligível narrativamente, apontando para o fato de que não são os acontecimentos externos que devem ser reproduzidos, mas sim os processos de consciência e seus discursos que ganham corpo e sobrevivida através da linguagem.

Tendo em vista essa articulação entre narrativa e forças humanas, identificamos o movimento reflexivo central da presente estudo que é o da (re)figuração, ou seja, o da referência cruzada entre história e ficção, cujo procedimento relacional ocorre entre conceitos e narrativas, “fazendo aparecer, para um pensamento ou um documento da história, o seu caráter poético relativamente aos embaraços da especulação referencial.” (RICOEUR, 2010, p. 169-170).

Muito podemos nos beneficiar dessa noção narrativa da história para esclarecermos as relações entre a linguagem e os sentidos históricos, sugerindo uma aplicação cognitiva diferencial na recepção e a reelaboração da referência histórica figurada. O dinamismo dessa operação configurativa se revela como um meio crítico e criativo para se fazer reconhecer a dimensão referencial da narrativa nos seus mais variados graus imaginativos, resultando uma prática intelectual dotada de sentidos, tramas e enredos.

No entanto, tomamos em consideração aqui que esse conflito não é um erro ou uma falha, pois não devemos perder de vista o fato da “réplica da narrativa às aporias da verdade consistir menos em resolver as aporias do que em fazê-las render, em torná-las produtivas. É desse modo que a narrativa contribui para a constituição de uma história contemporânea.” (RICOEUR, 2010, p. 441), pois ela nos proporciona a abordagem de uma variedade de figuras e conceitos que preservarão a riqueza dos sentidos abrigados nos registros.

Essa riqueza pode ser delineada tanto pela equivocidade própria de cada aspecto conceitual quanto pela multiplicidade semântica das figuras disponíveis nos registros. Assim, a narrativa é inerente à história e tende a ampliar a capacidade polissêmica do seu relato, instituindo através da escrita um trânsito de conceitos proporcionais aos contextos e às simbologias operacionalizadas pelas fontes.

REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 113-135.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: ____ (org.). *Análise estrutural da narrativa*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 19-60.
- BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. In: *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 16, n. 3, 2003, p. 525-535.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: ____ (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 327-348.
- CARR, David. Narrative explanation and its malcontents. In: *History and Theory*, v. 47, 2008, p. 19-30.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

- DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. Tradução de Marcos Casanova. São Paulo: Unesp, 2010.
- FERNANDES, Amanda Alvarenga; BERBERT JR., Carlos Oiti. Os limites na constituição da narrativa histórica: uma análise da questão da “verdade” na historiografia contemporânea. In: *Anais do PIBIC/CONPEEX da Universidade Federal de Goiás*, 2011, p. 1-10.
- GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre (orgs.). *O problema da consciência histórica*. 2ª ed. Tradução de Paulo César Estrada. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, M. (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2014, p. 13-60.
- LA CAPRA, Dominick. *History & criticism*. Londres: Cornell University Press, 1985.
- MARCELINO, Douglas A. A narrativa histórica entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate. In: *Topoi*, v. 13, n. 25, 2012, p. 130-146.
- RIQUEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010, vol. 3.
- RIQUEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. Narratividade e Objetividade na Ciência Histórica. S/ tradutor. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 24, n. 2, 1989, p. 314-335.
- RÜSEN, Jörn. Historical Narration: Foundation, Types, Reason. In: *History and Theory*, v. 26, n. 4, 1987, p. 87-97.
- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Tradução de Denise Bottmann. In: *Revista de História*, Campinas, n. 2/3, 1991, p. 1-26.
- WITTGESTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naif, 2011, p. 439-483.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica na Europa do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Ed. USP, 1995.